



## GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

### CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

*Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060*

*Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.*

**Contrato de Prestação de Serviços nº  
05/2018 – CGDF**, nos termos do Padrão nº  
04/2002.Processo-SEI nº 00480-  
00000922/2018-81.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES**

O DISTRITO FEDERAL, por meio da CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL – CGDF, com sede no Ed. Anexo do Buriti, 13º, Praça do Buriti – Brasília – DF, inscrita no CNPJ sob o nº 08.944.148/0001-96, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato por LUCIO CARLOS DE PINHO FILHO, portador da Carteira de Identidade nº 1.615.834, inscrito no CPF sob nº 083.979.817-21, na qualidade de Secretário de Estado Controlador-Geral do Distrito Federal, com delegação de competência prevista nas Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal e a empresa TIM CELULAR S/A, doravante denominada CONTRATADA, com sede no Av. Giovanni Granchi, nº 7143 Bairro: Vila Andrade, inscrita no CNPJ sob o nº 04.206.050/0001-80, representada neste ato por SANDRO MARQUES BARBOSA COUTINHO brasileiro, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 00061341908 – DETRAN/RJ, inscrito no CPF sob o nº 072.582.787-45; e EDUARDO MAURICIO SILVA PINTO, brasileiro, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 02876772212 – DETRAN/RJ, inscrito no CPF sob o nº 104.456.197-16 na qualidade de Procuradores, resolvem firmar o presente contrato para prestação de Serviço Móvel Pessoal – SMP VC1, VC2, VC3, DDI e pacote de dados, com fornecimento de aparelhos celulares, modems USB e roteadores para conexão WI-FI, em regime de comodato, abrangendo serviços originados e recebidos a cobrar pela Contratante, bem como roaming nacional, roaming internacional e serviços complementares, em conformidade com as disposições do Termo de Referência e seus anexos, pelo período de 30 (trinta) meses, nos termos da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 03/2017, Pregão Eletrônico SRP 02/2017, Processo nº 201600005002405 de 17/03/2016, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Estadual nº 5.721/2003, Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, o que couber da Resolução da Anatel nº 272, de 09 de agosto de 2001, demais normas relacionadas à matéria, vigentes no ordenamento jurídico do Distrito Federal e às Cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

2.1 - O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de Serviço de Telefonia Móvel Pessoal (SMP) VC1, VC2, VC3, DDI e pacotes de dados, com fornecimento de aparelhos celulares, modems USB e roteadores para conexão WI-FI, em regime de comodato, abrangendo serviços originados e recebidos a cobrar pela Contratante, bem como roaming nacional, roaming internacional e serviços complementares, em conformidade com as disposições do Termo de Referência e seus anexos, pelo período de 30 (trinta) meses, nos termos da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2017 de acordo com as quantidades estabelecidas no item 7.2 da Cláusula Sétima

deste contrato;

2.2 – A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições aqui contratadas, acréscimos ou supressões do objeto do presente contrato, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme art. 65, da Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

3.1 - A CONTRATADA deverá manter a sua rede limpa de grampos ou qualquer outra forma de escuta de forma a garantir o sigilo, a segurança e a inviolabilidade das conversações, salvo autorização por ordem judicial;

3.2 - A CONTRATADA deverá disponibilizar, através de portal acessado via Internet, Serviço de Gestão e Controle das linhas CONTRATADAS. O Serviço de Gestão e Controle deverá ter, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

3.2.1 - Definição do perfil de utilização de cada acesso contratado;

3.2.2 - Agrupar os acessos em centros de custos, departamentos ou grupos customizados pela CONTRATANTE;

3.2.3 - Definição de limites de utilização por minutos ou sistema de créditos por acesso ou grupo de acessos;

3.2.4 - Portal acessado mediante *login* com uso de senha pessoal para garantir que somente pessoas autorizadas consigam utilizar as facilidades da ferramenta;

3.2.5 - Cadastramento de gestor e usuários para utilização do sistema;

3.2.6 - Disponibilizar no mínimo dois perfis para utilização do sistema, sendo um para “gestor” e outro para “usuários”;

3.2.7 - Exibição e impressão de relatórios de utilização dos acessos contendo identificação, duração e custo das chamadas realizadas e recebidas, utilização do pacote de dados, quantidade de SMS enviados, filtragem por data, horário e tipo de destino das ligações;

3.2.8 - Definição dos números para os quais cada acesso poderá ligar;

3.2.9 - Configuração de bloqueio para realização de ligações por acesso ou grupo de acessos;

3.3 - A CONTRATADA deverá assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa do objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade pela prestação dos serviços;

3.4 - A CONTRATADA deverá disponibilizar utilização de discagem abreviada nas chamadas entre os celulares com o mesmo CNPJ;

3.5 - Incumbe à CONTRATADA fornecer, instalar, ativar e manter, por sua conta e responsabilidade, os meios de transmissões necessários à prestação do Serviço;

3.6 - Deverá ser feita a portabilidade de todos os números de acessos em nome da Contratante e sob um mesmo CNPJ;

3.7 - A contratante estará isenta do pagamento de taxa para escolha de número de acesso, que deverá ocorrer de acordo com viabilidade técnica;

3.8 - Para os casos não atendidos e/ou não solucionados através da Central de Atendimento, item 15 do Termo de Referência, a CONTRATADA deverá disponibilizar atendimento através de consultoria específica, que deverá encaminhar posicionamento e/ou resolução no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis, para questões relativas ao contrato e encaminhadas através de e-mail e/ou ofício. Os aprazamentos para resolução definitiva do que trata este item, deverão ser formalmente justificadas;

3.9 - Em casos excepcionais e devidamente justificados, o prazo acima mencionado poderá ser prorrogado respeitando o limite do prazo disposto no art. 9º da Resolução nº 632, de 7 de março de 2014, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL;

3.10 - A CONTRATADA deverá fornecer, na assinatura do Contrato, planilha contendo os nomes, telefones e endereços eletrônicos (e-mail) das pessoas ou áreas responsáveis pelo atendimento à CONTRATANTE;

3.11 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habitação e qualificação exigidas no ato convocatório e quando da assinatura do contrato.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

São deveres do CONTRATANTE, além de outros previstos neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

4.1 - Proporcionar, no que lhe couber, as facilidades necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir as condições estabelecidas neste contrato;

4.2 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados credenciados pela CONTRATADA, atinentes ao objeto contratual;

4.3 - Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste contrato;

4.4 - Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade verificada nos serviços prestados;

4.5 - Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho e qualidade;

4.6 - Exercer a fiscalização da execução do objeto através do Gestor do Contrato, na forma prevista pela Lei Federal 8.666/1993;

4.7 - Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre irregularidades observadas nos equipamentos;

4.8 - Definir o local de entrega dos equipamentos;

4.9 - Emitir pareceres sobre os atos relativos à execução do contrato, em especial quanto ao acompanhamento e à fiscalização da prestação dos serviços, à exigência de condições estabelecidas nas especificações e à aplicação de sanções.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO**

O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, segundo o disposto nos arts. 6º e 10º da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA, DA PRORROGAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO**

6.1 – Este Contrato terá vigência de 30 (trinta) meses, contados a partir de 28 de julho de 2018, podendo ser prorrogado por igual período, conforme art. 57 da Lei Federal nº 8.666/1993, consoante previsão editalícia, por acordo entre as partes, mediante Termo Aditivo;

6.2 - A CONTRATANTE deverá designar comissão ou servidor específico, denominado Gestor/Executor do Contrato, sendo permitida a nomeação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo com informações pertinentes a essa atribuição, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira do Distrito Federal;

6.3 - Cabe ao gestor/executor do contrato a execução e o controle dos serviços, acompanhando e

fiscalizando, o qual ficará responsável pelo atesto do cumprimento do objeto firmado, assim que devidamente comprovada à realização das despesas, mediante a apresentação da primeira via da Nota Fiscal/Fatura;

6.4 - O Gestor do Contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, comunicando à CONTRATADA, por escrito, e determinando o que for necessário à regularização das falhas e/ou defeitos observados, fixando prazo para sua adequação quando preciso;

6.5 - A presença da fiscalização da CONTRATANTE não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR DO CONTRATO, DO REAJUSTE E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

7.1 - O valor total do presente contrato, para 30 (trinta) meses de vigência, de acordo com os preços registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2017, é de R\$ 273.849,00 (duzentos e setenta e três mil e oitocentos e quarenta e nove reais), devendo ser atendido à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente – Lei Orçamentária nº 6.060, de 29 de dezembro de 2017 –, enquanto as parcelas remanescentes serão custeadas à conta de dotações a serem alocadas nos orçamentos seguintes.

7.2 - Os preços e quantidades contratadas são:



Lote 1 - SERVIÇO MÓVEL PESSOAL SMP						
ITEM	COD. PRODUTO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE TOTAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL ESTIMADO (R\$)
1	74496	Assinatura do acesso	Por Acesso	100	R\$ 3,00	R\$ 300,00
2	71062	Serviço de gestão	Por Acesso	100	R\$ 8,45	R\$ 845,00
3	74672	Intragrupo local (tarifa zero local)	Por Acesso	100	R\$ 0,50	R\$ 50,00
4	74673	Intragrupo regional (tarifa zero nacional)	Por Acesso	100	R\$ 3,00	R\$ 300,00
5	74663	Internet móvel 4G (pacote 10 gigabytes)	Por Acesso	100	R\$ 40,00	R\$ 4.000,00
6	74665	Internet móvel 4G (pacote 5 gigabytes)	Por Acesso	0	R\$ 15,41	R\$ 0,00
7	74653	VC1 Móvel/Móvel - mesma operadora, em roaming e a cobrar	Minuto	4.000	R\$ 0,03	R\$ 120,00
8	74654	VC1 Móvel/Móvel - outra operadora, em roaming e a cobrar	Minuto	4.080	R\$ 0,05	R\$ 204,00
9	68651	VC1 Móvel/Fixo e em roaming	Minuto	4.300	R\$ 0,03	R\$ 129,00
10	63426	DSL1 - Deslocamento nas áreas 61 até 69	Minuto	400	R\$ 0,00	R\$ 0,00
11	63428	DSL2 - Deslocamento nas demais áreas	Minuto	400	R\$ 0,00	R\$ 0,00
12	34408	Caixa Postal - Acesso ao correio de voz para	Minuto	500	R\$ 0,03	R\$ 15,00
13	71069	AD1 - Adicional na área da Operadora	Chamada	400	R\$ 0,00	R\$ 0,00
14	74656	AD2 - Adicional fora da área da Operadora	Chamada	400	R\$ 0,00	R\$ 0,00
15	34409	SMS - Envio de Mensagens de Texto	Mensagem	2.160	R\$ 0,03	R\$ 64,80
16	68646	VC2 Móvel/Móvel - Mesma Operadora	Minuto	100	R\$ 0,08	R\$ 8,00
17	68643	VC2 Móvel/Móvel - Outra Operadora	Minuto	120	R\$ 0,20	R\$ 24,00
18	68644	VC2 Móvel/Fixo	Minuto	50	R\$ 0,20	R\$ 10,00
19	68645	VC3 Móvel/Móvel - Mesma Operadora	Minuto	500	R\$ 0,08	R\$ 40,00
20	68647	VC3 Móvel/Móvel - Outra Operadora	Minuto	600	R\$ 0,20	R\$ 120,00
21	71127	VC3 Móvel/Fixo	Minuto	300	R\$ 0,20	R\$ 60,00
22	35097	DDI Móvel/Móvel - qualquer Operadora	Minuto	10	R\$ 0,70	R\$ 7,00
23	35096	DDI Móvel/Fixo	Minuto	10	R\$ 0,70	R\$ 7,00
24	74657	DDI Móvel/Móvel - qualquer Operadora em	Minuto	20	R\$ 0,70	R\$ 14,00
25	74658	DDI Móvel/Fixo em roaming	Minuto	15	R\$ 0,70	R\$ 10,50
VALOR MENSAL						R\$ 6.328,30
VALOR ANUAL						R\$ 75.939,60
VALOR ESTIMADO - LOTE 1 - CONTRATO DE 30 MESES (R\$)						R\$ 189.849,00

  

Lote 2 - ACESSO 4G						
ITEM	COD. PRODUTO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE TOTAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL ESTIMADO (R\$)
1	71182	Modem USB 4G	Unidade	200	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2	74659	Roteador Wi-Fi 4G	Unidade		R\$ 0,00	R\$ 0,00
3	74663	Pacote de dados 4G (10 Gigabytes)	Por Acesso	200	R\$ 14,00	R\$ 2.800,00
4	74665	Pacote de dados 4G (05 Gigabytes)	Por Acesso		R\$ 14,00	R\$ 0,00
5	74660	Pacote de dados 4G (03 Gigabytes)	Por Acesso		R\$ 13,62	R\$ 0,00
VALOR MENSAL						R\$ 2.800,00
VALOR ANUAL						R\$ 33.600,00
VALOR ESTIMADO - LOTE 2 - CONTRATO DE 30 MESES (R\$)						R\$ 34.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO - LOTES 1 e 2 (R\$) - CONTRATO DE 30 MESES (R\$)						R\$ 273.849,00

**Nota 1:**

Itens 1,2 e 3: A quantidade de aparelhos, por tipo, deverá obedecer aos seguintes percentuais, em relação ao total dos aparelhos:

- Tipo A: 10% (máximo)
- Tipo B: 30% (máximo)
- Tipo C: 60% (mínimo)

7.3 - Os preços serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses contados a partir de sua vigência, após o qual poderá ser reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, em conformidade com o Decreto nº 37.121, de 16 de fevereiro de 2016, publicado no DODF nº 34, de 22 de fevereiro de 2016.

7.4 - A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: 45101

II – Programa de Trabalho: 04122600385178681

III – Natureza da Despesa: 339039

IV – Fonte de Recursos: 100

V – O empenho inicial é de R\$ 36.513,20 (trinta e seis mil, quinhentos e treze reais e vinte centavos), conforme Nota de Empenho nº 2018NE00149, emitida em 09/05/2018, sob o evento nº 400091, na modalidade Estimativo.

## **CLÁUSULA OITAVA – DAS DEFINIÇÕES DE TERMOS**

I. ADICIONAL POR CHAMADA (AD) – Valor fixo cobrado pela Prestadora de Serviço Móvel Pessoal (SMP), por chamada recebida ou originada, quando o usuário estiver localizado fora de sua área de registro;

II. AD1 – Adicional por chamada quando a chamada for recebida ou originada dentro da rede da Operadora contratada;

III. AD2 – Adicional por chamada quando a chamada for recebida ou originada fora da rede da Operadora contratada;

IV. ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, entidade integrante da Administração Pública Federal indireta, submetida a regime autárquico especial e vinculada ao Ministério das Comunicações, com função de órgão regulador das telecomunicações e sediada no Distrito Federal;

V. ÁREA DE MOBILIDADE – Área geográfica definida no Plano de Serviço, cujos limites não podem ser inferiores ao de uma área de Registro, que serve de referência para cobrança do Adicional por Chamada (AD);

VI. ÁREA DE REGISTRO – Área geográfica contínua, definida pela ANATEL, onde é prestado o Serviço Móvel Pessoal (SMP), tendo o mesmo limite geográfico de uma Área de Tarifação, onde o Acesso Móvel do SMP é registrado;

VII. ÁREA DE TARIFAÇÃO (AT) – Área específica, geograficamente contínua, formada por um conjunto de municípios, agrupados segundo critérios sócios-geoeconômicos e contidos em uma mesma Unidade da Federação, utilizada como base para a definição de sistemas de tarifação;

VIII. ASSINATURA – Valor fixo mensal devido pelo usuário por acesso ao Serviço Móvel Pessoal (SMP) e acesso 3G;

IX. CÓDIGO DE ACESSO – Conjunto de caracteres numéricos estabelecidos em Plano de Numeração, que possibilita a identificação do usuário;

X. DSL1 – Tarifa aplicada em chamadas recebidas quando a Estação Móvel se encontra fora de sua área de Registro, mas dentro da área de atuação da CONTRATADA;

XI. DSL2 – Tarifa aplicada em chamadas recebidas quando a Estação Móvel se encontra fora de sua área de Registro e fora da área de atuação da CONTRATADA;

XII. ACESSO MÓVEL – Estação de telecomunicações de Serviço Móvel Pessoal (SMP);

XIII. HABILITAÇÃO – Ativação de Estação Móvel;

XIV. INTRAGRUPPO LOCAL – Tráfego entre assinantes de mesma Operadora, quando dois acessos estão habilitados sob o mesmo CNPJ e dentro de uma mesma área de registro, agrupados em um mesmo contrato;

XV. INTRAGRUPPO REGIONAL – Tráfego entre assinantes de mesma Operadora, quando os acessos estão habilitados sob o mesmo CNPJ e dentro das regiões 61, 62 e 64, agrupados em um mesmo contrato;

XVI. PLANO BÁSICO DE SERVIÇOS – Plano de Serviço de oferta obrigatória, perene e não discriminatória a todos os usuários e/ou interessados no Serviço Móvel Pessoal (SMP);

XVII. PLANO DE NUMERAÇÃO – Estruturação de números de serviços de Telecomunicações de uso público, destinados a identificação de serviços, áreas geográficas, redes e clientes. De modo a assegurar a existência de um número nacional distinto para identificação de cada assinante ou serviço;

XVIII. PRESTADORA DO SMP – Entidade autorizada para prestar o Serviço Móvel Pessoal (SMP);

XIX. *ROAMING* – Facilidade que permite a uma Estação Móvel visitante acessar ou ser acessada pelo Serviço Móvel Pessoal (SMP), em um sistema visitado;

XX. SERVIÇO DE GESTÃO E CONTROLE – Serviço disponibilizado remotamente para o usuário ou gestor do(s) acesso(s) contratado(s) verificar os serviços utilizados, controlar gastos e programar as condições de uso;

XXI. SERVIÇO DE MENSAGENS DE TEXTO (SMS) – Serviço que permite o recebimento e o envio de mensagens de texto a partir da Estação Móvel;

XXII. SERVIÇO DE MENSAGEM MULTIMÍDIA (MMS) – Serviço que permite o recebimento e envio de mensagens com conteúdo multimídia, como fotos, vídeos e sons a partir da Estação Móvel;

XXIII. SERVIÇO MÓVEL PESSOAL (SMP) – Serviço de telecomunicações móvel terrestre de interesse coletivo que possibilita a comunicação entre Estações Móveis e de Estações Móveis para outras estações, caracterizado por possibilitar a comunicação dentro de uma mesma Área de Registro do SMP ou acesso a redes de telecomunicações de interesse coletivo;

XXIV. TRÁFEGO SAÍTE – Fluxo de ligações originadas pelos acessos móveis contratados;

XXV. VALOR DE COMUNICAÇÃO 1 (VC1) – Valor devido pelo usuário, por unidade de tempo, pela realização de chamada destinada a Código de Acesso do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) associado à Área de Registro de origem da chamada;

XXVI. VC1 M/F – Valor devido pelo usuário, por unidade de tempo, para chamada de Estação Móvel para assinante do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), originada e terminada na Área de Mobilidade do assinante do Serviço Móvel Pessoal (SMP);

XXVII. VC1 M/F (R) – Valor devido pelo Usuário, por unidade de tempo, para chamada VC1 M/F efetuada na condição de *roaming*;

XXVIII. VC1 M/M – Valor devido pelo usuário, por unidade de tempo, para chamadas realizadas entre usuários do Serviço Móvel Pessoal (SMP), dentro da área de mobilidade dos assinantes;

XXIX. VC1 M/M (R) – Valor devido pelo usuário, por unidade de tempo, para chamada VC1 M/M efetuada na condição de *roaming*;

XXX. VC1 M/M (M) – Valor devido pelo usuário, por unidade de tempo, para chamada VC1 M/M entre assinantes de mesma Operadora;

XXXI. VC1 M/M (D) – Valor devido pelo usuário, por unidade de tempo, para chamada VC1 M/M entre assinantes de diferentes Operadoras;

XXXII. USUÁRIO – Pessoa natural ou jurídica que se utiliza do Serviço Móvel Pessoal (SMP), independentemente de contrato de prestação de serviço ou inscrição junto à operadora.

## **CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

9.1 - Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão estar de acordo com as normas vigentes da ANATEL;

9.2 - Todos os serviços de instalação e testes de funcionamento deverão ser realizados sem prejuízo

às atividades dos usuários atendidos, podendo, com a prévia autorização, serem realizados nos finais de semana e/ou fora do horário de expediente normal;

9.3 - A tarifação das ligações originadas de telefones móveis, sejam elas destinadas a telefones móveis ou fixos, deverá ser realizada conforme regras definidas pela ANATEL;

9.4 - O pacote de internet móvel para acessos 4G, Lote 01, serão disponibilizados por acesso celular e solicitado pelo Gestor do Contrato. Todos os aparelhos tipo A terão pacote de dados ativo;

9.5 - A velocidade nominal do acesso 4G deverá ser de 2 MBPS, quando na rede 3G, 1Mbps, nas localidades onde não houver disponibilidade de rede 4G e 3G, poderá ser atendido com 2G.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS**

A CONTRATADA deverá disponibilizar, quando requisitado pela CONTRATANTE, relatório onde conste toda a planta telefônica instalada e relatório de disponibilidade do serviço por acesso contratado.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PERFIL DE TRÁFEGO MENSAL**

11.1 - O perfil de tráfego estimado mensal deverá ser utilizado para fins de cotação de proposta e é baseado no tráfego atual, não sendo limitador do serviço de telefonia móvel pessoal a ser prestado. A CONTRATADA deverá atender às demandas relacionadas a presente contratação durante o prazo de vigência do Contrato;

11.2 - A Contratante esclarece e evidencia que o Contrato a ser firmado trata-se de Contrato Estimativo, elaborado através de demandas atualizadas no último exercício, e que podem ou não ser executadas em sua totalidade. A prestação do serviço se dará à medida de suas necessidades, assim como seu respectivo pagamento, estrito ao serviço utilizado. O valor estimado compreende uma futura necessidade, que poderá vir a ocorrer até o limite estimado, não gerando, em nenhum momento, compromisso, expectativa ou valor devido pela Contratante à Contratada sem que haja a realização do serviço prestado;

11.3 - Caso ocorra consumo maior do que inicialmente previsto de algum serviço o valor a ser cobrado como “excesso” deverá ser o mesmo fixado para o consumo dentro do estipulado;

11.4 - A velocidade do pacote de dados terá sua velocidade reduzida após o consumo da franquia total, no entanto a CONTRATADA deverá garantir as exigências da ANATEL de qualidade de serviço.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS**

12.1 - Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão estar de acordo com as normas vigentes da ANATEL; Parágrafo 2º - Todos os serviços de instalação e testes de funcionamento deverão ser realizados sem prejuízo às atividades dos usuários atendidos, podendo, com a prévia autorização, serem realizados nos finais de semana e/ou fora do horário de expediente normal; Parágrafo 3º - A tarifação das ligações originadas de telefones móveis, sejam elas destinadas a telefones móveis ou fixos, deverá ser realizada conforme regras definidas pela ANATEL. Parágrafo 4º - O pacote de internet móvel para acessos 4G, Lote 01, serão disponibilizados por acesso celular e solicitado pelo Gestor do Contrato. Todos os aparelhos tipo A terão pacote de dados ativo. Parágrafo 5º - A velocidade nominal do acesso 4G deverá ser de 2Mbps, quando na rede 3G, 1 Mbps, nas localidades onde não houver disponibilidade de rede 4G e 3G, poderá ser atendido com 2G;

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO, REPARO E SUBSTITUIÇÃO**

13.1 - A CONTRATADA deverá fornecer os itens relacionados no subitem 4.1 do Termo de Referência,



Anexo I do Pregão Eletrônico SRP Nº 002/2017 – NUSLF/SEGPLAN, reparar e/ou substituir quaisquer equipamentos que apresentarem defeito, de acordo com os seguintes procedimentos;

13.2 - A CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE dentro do prazo de entrega estipulado no item 12.2, do total de equipamentos solicitados, 3% dos Aparelhos Celulares tipos “A”, “B”, “C” e 3% de modems USB e roteadores WI-FI para acessos 4G e 5% de chips virgens, sem ônus adicional, para serem utilizados como unidades de reposição, com quantitativo mínimo de 01 (um) equipamento para cada tipo, quando o percentual referido for inferior a uma unidade;

13.3 - Em caso de furto ou roubo, extravio ou mau uso, a CONTRATADA deverá fornecer outro aparelho, modem USB ou roteador WI-FI mediante boletim de ocorrência, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da comunicação da CONTRATANTE e poderá cobrar na fatura telefônica o valor atual de mercado para o plano pós-pago vigente na época para o respectivo aparelho ou outro similar, o que for menor;

13.4 - A CONTRATADA deverá substituir os chips utilizados nos equipamentos relacionados no subitem 4.1 do Termo de Referência, Anexo I do Pregão Eletrônico SRP Nº 002/2017 – NUSLF/SEGPLAN, quando estes apresentarem defeito, em caso de extravio ou perda e/ou necessidade de mudança de padrão, sem ônus adicional à CONTRATANTE;

13.5 - Após abertura da Ordem de Serviço, no que trata o item 11.4 do Termo de Referência, a CONTRATADA deverá substituir os chips definitivamente por outro em perfeito estado de funcionamento em até 15 (quinze) dias, a partir da comunicação da CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ENTREGA E HABILITAÇÃO**

14.1 - Todos os equipamentos de que trata o subitem 4.1, do Termo de Referência, Anexo I do Pregão Eletrônico SRP Nº 002/2017 – NUSLF/SEGPLAN deverão ser novos (1º uso) e entregues na unidade indicada pela CONTRATANTE, em horário comercial;

14.2 - A CONTRATADA terá um prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de cada solicitação para ativação e fornecimento dos equipamentos de que trata o referido subitem 4.1 do Termo de Referência, juntamente com os chips que acompanham esses equipamentos;

14.3 - Todos os telefones celulares deverão ser acompanhados dos respectivos manuais, bateria e carregador;

14.4 - Todos os chips dos acessos celulares deverão ter suporte à tecnologia 4G.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DISPONIBILIDADE DO SERVIÇO**

15.1 - A CONTRATADA deverá prestar o serviço, objeto desta contratação, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência contratual;

15.2 - A CONTRATADA deverá fornecer serviço de suporte, por meio de chamada gratuita, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana;

15.3 - Caso haja necessidade de interrupção, a CONTRATADA deverá negociar com a CONTRATANTE com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis;

15.4 - A CONTRATADA deverá garantir disponibilidade mensal de, no mínimo, 95% (noventa e oito por cento) para cada uma das linhas, fornecidas à CONTRATANTE, calculada na forma do item 9.4 do Termo de Referência;

15.5 - Para efeito de cálculo de TTMM e TTICM, será considerado o período, em minutos, entre o primeiro minuto do primeiro dia e o último minuto do último dia do calendário do mês a que se refere a fatura;

15.6 - O serviço será considerado indisponível a partir do horário de abertura do chamado no Serviço de Suporte da CONTRATADA, até o horário de fechamento da ocorrência pela CONTRATANTE, quando a indisponibilidade for de responsabilidade da CONTRATADA;

15.7 - O prazo máximo de recuperação do serviço será de até 5 (cinco) dias, a contar da abertura do chamado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA CENTRAL DE ATENDIMENTO**

16.1 - A Contratada deverá manter atendimento diferenciado por meio de Central de Atendimento operando 24 (vinte quatro) horas por dia durante 07 (sete) dias por semana;

16.2 - A resolução do atendimento deverá ser feita em até 5 (cinco) dias após a solicitação, para aqueles serviços não disponíveis através do Serviço de Gestão e Controle, conforme normas estabelecidas pela ANATEL;

16.3 - A CONTRATADA deverá reconhecer somente as solicitações de atendimentos demandadas pelos servidores indicados pela CONTRATANTE como Gestores do Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – OUTRAS DISPOSIÇÕES**

17.1 - A CONTRATADA manterá a propriedade de todos os aparelhos celulares, modems USB roteadores WI-FI, e demais equipamentos fornecidos;

17.2 - A CONTRATADA deverá providenciar a troca dos aparelhos celulares, decorridos 30 (trinta) meses da assinatura do Contrato, caso o mesmo seja renovado por igual período, por outros equipamentos tecnologicamente atualizados, sem ônus para a CONTRATANTE, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos. A mesma substituição deverá ocorrer para os roteadores e modems USB dos acessos 4G, quando estes apresentarem defeitos técnicos ou novos modelos com melhorias tecnológicas. Comprometendo-se desde já a manter o mesmo número de cada linha habilitada;

17.3 - A CONTRATADA deverá retirar das instalações da CONTRATANTE, ao final do Contrato ou na condição de substituição geral (conforme previsão no item anterior), os telefones celulares, roteadores WI-FI, modems USB e demais equipamentos fornecidos em caráter temporário;

17.4 - As solicitações de cancelamento deverão ser executadas no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, não sendo devido qualquer valor do acesso móvel ou acesso 4G, decorrido o respectivo prazo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO PAGAMENTO E DO FATURAMENTO**

18.1 - Após o fechamento da fatura do mês de referência, a CONTRATADA deverá disponibilizar, juntamente com a fatura, em portal/site apropriado, a fatura detalhada dos serviços prestados em layout FEBRABAN, podendo ser acessado com *login* e senha do gestor do contrato ou envio de arquivo no mesmo formato, que permita filtros de todo o detalhamento da fatura, por acesso, com os respectivos preços, fiéis aos estabelecidos em contrato, para conferência;

18.2 - A CONTRATADA poderá optar pela impressão da Nota Fiscal/Fatura antes ou depois da Conferência (item 16.1 do Termo de Referência), lembrando que caso haja necessidade de correção, será obrigatória a impressão de nova Nota Fiscal/Fatura com valor correto para pagamento;

18.3 - A CONTRATANTE terá até 10 (dez) dias, a partir do recebimento do detalhamento, para proceder a referida conferência. Caso concorde com o faturamento apresentado emitirá o aceite por meio eletrônico, então a CONTRATADA deverá emitir as respectivas Notas Fiscais/Faturas corrigidas e entregá-las ao Gestor do Contrato. As Notas Fiscais/Faturas serão verificadas e só serão aceitas se estiverem condizentes com o detalhamento previamente aprovado. Caso a fatura apresentada seja

rejeitada por incoerência com o contrato ou serviços de fato realizados, ou para inserção de penalidades registradas no período, haverá o envio por meio eletrônico da referida reprovação e o prazo será reaberto, por igual período, a partir do recebimento do novo detalhamento. Caberá a CONTRATADA promover as devidas correções, o mais rápido possível, ou contestar a análise da CONTRATANTE. Só poderá haver a emissão das Notas Fiscais/boletos correspondentes após o aceite do detalhamento apresentado;

18.4 - Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado no subitem 17.2 do Termo de Referência, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação (desde que correta), observado o disposto neste item;

18.5 - A CONTRATADA terá o prazo de 30 (trinta) dias após a notificação da contestação apresentada pela CONTRATANTE para entregar a Notas Fiscais/boletos corretos para pagamento ou apresentar os motivos que justifiquem as cobranças contestadas;

17.6 - No prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o disposto no subitem 16.4, dever-se-á chegar a um consenso dos valores devidos e apresentação do devido faturamento para pagamento. Com envio de nova Nota Fiscal/boleto com data de vencimento com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

18.7 - Após o fechamento do ano em exercício, deverá a CONTRATADA apresentar um TERMO DE QUITAÇÃO informando não haver nenhum valor em aberto referente aos 12 (doze) meses;

18.8 - As ligações tarifadas a serem informadas em fatura deverão estar expressas em minutos e frações de minuto, sendo faturadas já com o seu valor unitário contratado. Não será aceito faturamento de valores cheios por item e depois atribuído ao final da fatura um desconto percentual sobre o mesmo;

18.9 - Após o encerramento do contrato, as ligações realizadas por força desta contratação deverão ser faturadas em um prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos;

18.10 - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor apresentado no faturamento referente às ligações efetuadas dentro do período de até 90 (noventa) dias;

18.11 - Durante a vigência contratual, a empresa contratada deverá cobrar em sua fatura mensal as quantidades efetivamente prestadas dos serviços previstos no Contrato;

18.12 - A CONTRATADA não poderá cobrar durante a execução do contrato qualquer valor de serviços não previstos no Contrato;

18.13 - Em nenhuma hipótese poderá haver faturamento de serviços que não sejam prestados diretamente pela CONTRATADA (Serviços de Terceiros), tais como chats, serviço despertador, disque amizade, etc.;

18.14 - O pagamento mensal dependerá da real utilização (demanda) do serviço, podendo haver variação entre a quantidade de minutos efetivamente utilizada e a quantidade de minutos estimada;

18.15 - Os pagamentos, conforme prazos estipulados no item 17 do Termo de Referência, serão efetuados em até 30 (trinta) dias após aceitação pela CONTRATANTE das Notas Fiscais/Faturas correspondentes, devidamente atestadas pelo Gestor do Contrato. O pagamento da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado ao cumprimento dos critérios de recebimento, de acordo com as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, em parcela(s) mensais, mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada, devidamente atestada pelo Executor do Contrato, das certidões negativas exigidas pela legislação em vigor, bem como a documentação exigida pelo TCDF;

18.16 - Para efetivação do pagamento, a regularidade fiscal e trabalhista deverá ser comprovada pelos documentos hábeis ou por meio do Certificado de Registro Cadastral – CRC, e outros documentos que possam ser considerados pertinentes pelo setor responsável pelo pagamento da CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA manter todas as condições de habilitação exigidas pela Lei;

18.17 - Caso a contratada deseje operar com filial, apresentando nota fiscal/ fatura com seu CNPJ, deverá, 30 (trinta) dias antes do início da operação, apresentar a documentação de habilitação da filial.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS PENALIDADES**

19.1 - O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas nos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666/1993, no Decreto Distrital nº 26.851, de 30 de maio de 2006, e posteriores alterações e demais regramentos atinentes ao Feito, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral do contrato.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA DISSOLUÇÃO**

20.1 - O Contrato poderá ser dissolvido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO**

21.1- A rescisão do presente contrato poderá ser:

21.1.1 - Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do artigo 78 da Lei 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações posteriores.

21.1.2 - Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.

21.1.3 - Judicial, nos termos da legislação.

21.2 - A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;

21.3 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

21.4 - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, conforme o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações posteriores. Na hipótese de rescisão serão assegurados à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DOS DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA**

22.1 - Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO**

23.1 A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês subsequente de sua assinatura, após o que deverá ser providenciado o registro pela Controladoria-Geral do Distrito Federal.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

24.1 - Além dos já discriminados neste Termo, os seguintes serviços deverão ser oferecidos gratuitamente: mudança de número, habilitação de linhas, identificação de chamadas, identificação

do assinante chamador, substituição de números, bloqueio por extravio (perda ou roubo) e conta detalhada impressa, quando solicitada (inclusive com chamadas locais e os valores cobrados) e retorno SMS de não completamento de chamadas indicando o número chamador e detalhes da chamada;

24.2 - Quando a utilização do serviço de desvio de chamada implicar em realização de chamada de Longa Distância Nacional (LDN) ou Longa Distância Internacional (LDI), a CONTRATANTE reserva o direito de escolha do Código de Seleção de Prestadora, com programação feita pelos Gestores dos Contratos, sem intervenção da operadora (prestadora);

24.3 - A CONTRATADA não poderá divulgar, por catálogos telefônicos ou qualquer outro meio de informação, os números dos telefones celulares objeto desta contratação;

24.4 – À presente contratação aplica-se o estabelecido na Lei nº 6.112, de 02 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação do Programa de Integridade nas empresas que contratarem com a Administração Pública do Distrito Federal, em todas as esferas de Poder, e dá outras providências;

24.5 – Fica eleito o foro de Brasília-DF para dirimir as questões oriundas da execução deste contrato.

LUCIO CARLOS DE PINHO FILHO

Secretário de Estado Controlador-Geral do Distrito Federal

SANDRO MARQUES BARBOSA COUTINHO

Responsável Legal - TIM CELULARES S/A

EDUARDO MAURICIO SILVA PINTO

Responsável Legal - TIM CELULARES S/A



Documento assinado eletronicamente por **LUCIO CARLOS DE PINHO FILHO - Matr.0191681-5, Secretário(a) de Estado Controlador(a)-Geral do Distrito Federal**, em 22/06/2018, às 16:45, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **SANDRO MARQUES BARBOSA COUTINHO, Usuário Externo**, em 25/06/2018, às 16:19, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Mauricio Silva Pinto, Usuário Externo**, em 25/06/2018, às 18:09, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?)



acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0  
verificador= **8573255** código CRC= **3736FB74**.

---

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Anexo Palacio do Buriti - 13º andar - Bairro Zona Cívico Administrativa - CEP 70075-900 - DF

---

00480-00000922/2018-81

Doc. SEI/GDF 8573255